

OCUPANDO ESPAÇOS: GESTOS, PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E COLETIVIDADES ENTRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS¹

Jardel Sander²
Carlos H. Rezende Falci³
Joel Cardoso A. Amaral⁴
Iara De Salvo Rocha⁵

RESUMO

Este estudo analisa o modo como os estudantes da PUC-MG ocupam o espaço da universidade e das imediações, procurando compreender melhor os processos de subjetivação e os modos de vida coletivos aí encetados, no sentido de identificar possibilidades de afirmação do presente (e de uma dimensão política deste), através das corporeidades, e dos espaços públicos. Utilizou-se pesquisa bibliográfica centrada em teóricos da filosofia da diferença e da filosofia das imagens, e trabalho de campo baseado na metodologia de pesquisa-intervenção. Realizou-se registro dos itinerários e das permanências dos estudantes nos espaços da universidade, através da produção de imagens (fotos e filmagens) e de intervenções nas ocupações do *campus* (mapas para serem inscritos e o grupo Espaço Pensamento Ação). Conclui-se que, num espaço que se apresenta geralmente marcado, os ocupantes querem se inscrever, compondo efêmeros coletivos. Percebe-se, assim, a necessidade de esses corpos se inscreverem e criarem, de alguma maneira, seus próprios espaços.

Palavras-Chave: Processos de subjetivação. Coletividades. Imagens. Gestos.

ABSTRACT

This research analyzes how university students of PUC-MG (São Gabriel unit) occupy university spaces and its surroundings. It seeks to understand subjectivity process and modes of collective life experienced there, in order to identify opportunities for present affirmation (and its political dimension) through the bodyness and

¹ Agradecemos ao financiamento concedido pelo Fundo de Incentivo à Pesquisa (FIP) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), sem o qual a realização desta pesquisa não seria possível.

² Coordenador da pesquisa. Doutor em Psicologia Clínica pela PUC-SP; professor efetivo do Departamento de Artes Cênicas – CEART / UDESC; integrante do grupo de *performance* Zona de Interferência (Belo Horizonte/Brasil) e do planoB – coletivo de experimentações em Dança (Florianópolis/SC). Endereço: Av. Madre Benvenuta, 1907 – Florianópolis/SC – CEP: 88.035-001 – (48) 3321-8325. E-mail: jardelss@netscape.net.

³ Coordenadores da pesquisa. Doutor em Literatura pela UFSC; professor adjunto da Escola de Belas Artes – UFMG (Belo Horizonte/Brasil). Endereço: Av. Antonio Carlos, 6627 – Belo Horizonte/MG - CEP: 31.270-901 – (31) 3409-5262. E-mail: chfalci@gmail.com.

⁴ Bolsista de Iniciação Científica FIP – PUC-MG. Graduado em Psicologia – PUC-MG (Belo Horizonte/MG). Endereço: Rua Walter Ianini, 255 – Belo Horizonte/MG – CEP: 31.950-640 – (31) 3439-5224. E-mail: joel.amaral@yahoo.com.br.

⁵ Colaboradora da Pesquisa. Mestranda em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – UFRJ (Rio de Janeiro/Brasil). Endereço: Rua Walter Ianini, 255 – Belo Horizonte/MG – CEP: 31.950-640 – (31) 3439-5224. E-mail: iarasalvo@gmail.com.

public spaces. Focusing on philosophy of difference and the philosophy of images, the field work was based on intervention research methodology. It was made records of students' routes and permanences in university spaces, through the production of images (photos and video recordings), and intervention on campus occupations (maps to be drawn and the group Space Thought Action). It was concluded that in spaces which are generally marked, the occupants want to enroll, making ephemeral collectivities. It is clear, therefore, the need for these bodies to join and create in some way, their own spaces.

Keywords: Subjectivity process. Collectivity. Images. Gestures.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca oferecer uma perspectiva sobre as vivências de jovens universitários, a partir da ocupação que eles fazem do espaço da universidade e das imediações, isto é, seus itinerários e suas permanências, visando a compreender melhor os processos de subjetivação e os modos de vida coletivos aí encetados, no sentido de identificar possibilidades de afirmação do presente (e de uma dimensão política deste) através das corporeidades e dos espaços públicos.

Buscamos fornecer uma perspectiva sobre o corpo em suas relações com os processos de subjetivação e a cultura. Partindo da definição de corpo como dispositivo, torna-se possível visualizar tanto suas inscrições históricas quanto suas possibilidades de resistência. Para além da evidência que o corpo assumiu em nossa contemporaneidade, buscamos suas condições de possibilidade e seus desdobramentos: sua dimensão subjetivante na relação com os espaços ocupados. O foco recai, pois, sobre as experimentações do corpo-subjetividade como construtor de espaços, tanto na sua força de criação quanto na reprodução de padrões preexistentes, traçando um percurso que nos mostra potências e despotencializações, capturas e linhas de fuga. Mesmo que se evidencie um corpo-imagem (reconhecida toda a espetacularização que dele é feita), procurou-se ressaltar a multiplicidade para a qual os corpos se abrem, através de determinadas qualidades de expressão, principalmente no que se refere à criação de experiências coletivas nos espaços públicos, especificamente na universidade, através de pequenos gestos cotidianos. Por fim, a caracterização

dos itinerários e das permanências, através da produção de imagens, visou a problematizar a relação entre o espaço e a vivência da universidade.

Partimos, inicialmente, de uma problematização geral sobre a ocupação do *campus* por parte dos estudantes, tomando como cenário o que se tem caracterizado como esvaziamento das coletividades ou mesmo uma *não implicação*, no sentido de uma suposta vontade de não se incomodar (uma vontade do não querer) por parte dos jovens.

No entanto, esse ponto de partida já implica um desdobramento repleto de concepções, pois, afinal, perguntávamo-nos: qual a percepção que os próprios universitários têm de si mesmos e de suas formações coletivas? Como o corpo tem sido vivido/experimentado contemporaneamente por esses sujeitos? Que gestos são produzidos nos espaços da universidade e das imediações? Que espécies de coletividades esses gestos e subjetividades estão compondo?

Em suma, nossos questionamentos confluíam para a seguinte problemática: podem os corpos em sua expressividade gestual nos informar de novos modos de vida coletiva produzidos na universidade? E que modos de vida coletiva são esses?

Nossa pesquisa buscou compreender um pouco desse universo, através de uma pesquisa bibliográfica e de campo, que envolveu três dimensões da ocupação do espaço do *campus*, interconectadas: a) mapeamento e caracterização das formas de permanência e aglomeração; b) mapeamento e análise das trajetórias (rotas e deslocamentos) pelo *campus*, suas linhas de mobilidade, trânsito e fluxo; e c) as potencialidades de transformação através de intervenções e interferências (intervenção dos mapas e do grupo Espaço Pensamento Ação).

“JOVENS” E CONTEMPORANEIDADE

A discussão sobre um corpo-imagem e os impactos disso sobre as subjetividades adquire uma premissa para nosso pensamento atual, se lembrarmos que, pelo menos desde meados dos anos 1980, tem-se propalado insistentemente, nos meios de comunicação de massa, o recrudescimento do individualismo, correlativo a uma apatia geral, sobretudo, dos “jovens”. Esse diagnóstico sumário geralmente se refere à participação política desses sujeitos, mas foi se generalizando a ponto de designar todo um modo de vida.

Essa generalização em relação à apatia dessa “geração” é um fenômeno que se observa não somente no Brasil, mas também no exterior, sobretudo nos EUA, onde inclusive se cunhou um termo para designar esse “espécime”: *slacker*, que significa, literalmente, “pessoa preguiçosa, que foge do dever” (Dicionário Michaelis). Esse termo foi usado com frequência, principalmente nos artigos norte-americanos, para caracterizar os protagonistas da geração dos anos 80 (também denominada *Generation X*). Há um filme com esse título – *Slacker*, EUA, 1991, Dir.: Richard Linklater, 100 min. –, cujo clima geral é o de um marasmo absurdo e no qual as relações sociais – o encontro com o outro – não afetam em nada os modos de vida das pessoas envolvidas, caracterizadas mais pela evitação do que pelo contato.

Como uma forma de extensão quase que direta dessa suposta característica, tem-se que esses jovens, aparentemente, não produzem coletividade, ou que suas experiências coletivas são superficiais e apolíticas.

O que nos impressiona desse quadro traçado é que se parte, amiúde, de uma perspectiva restrita do que seja política, bem como do que seja coletividade. Falta, talvez, uma postura um pouco menos apressada diante dos novos arranjos subjetivos e de grupos que nos permita minimamente *compreender* o que aí se passa. Exemplo disso é a infinidade de mal-entendidos que cercam a interpretação do corpo na sociedade contemporânea – e, nesse aspecto, os jovens são alvos privilegiados das críticas.

Efetivamente, desconhece-se o que se tem experimentado através do corpo em nossa atualidade, isto é, não se sabe ao certo qual o seu papel no jogo cotidiano da subjetivação e da expressão. Quando muito, lançam-se olhares desconfiados para um corpo que ora é histericizado (e se aproxima do exibicionismo), ora é supervalorizado, exposto etc. Falta ainda uma perspectiva que nos permita visualizar nesses corpos o aspecto de dispositivos que acabam por exercer, realizando arranjos que funcionam e fazem funcionar intensidades nas negociações – conflituosas e sempre provisórias – com os outros, além de formarem composições *sui generis* de coletivos, que raras vezes compreendemos.

Esse contexto apresenta-se de forma paradigmática nas universidades atualmente.

A percepção geral, quando se utiliza um crivo interpretativo sobre os movimentos político-culturais estudantis atuais, é que os jovens universitários contemporâneos sofrem de uma inércia absurda.

Para entendermos isso, faz-se necessário compreendermos o que temos caracterizado como individualismo da sociedade de consumo, principalmente após os anos 1960.

COLETIVO ESVAZIADO?

A discussão acerca do recrudescimento do individualismo e do conseqüente esvaziamento do espaço público remonta, pelo menos, ao final dos anos 1970. Christopher Lasch (1986), em seu livro *Mínimo Eu*, já tematizava uma sociedade acuada, marcada por uma frequente perspectiva de catástrofes (naturais, econômicas, militares...), que se protegia criando um Eu-mínimo, retrato de uma individualidade quase ostracista:

A vida cotidiana passou a pautar-se pelas estratégias de sobrevivência impostas aos que estão expostos à extrema adversidade. A apatia seletiva, o descompromisso emocional frente aos outros, a renúncia ao passado e ao futuro, a determinação de viver um dia de cada vez – tais técnicas de autogestão emocional, necessariamente levadas ao extremo em condições extremas, passaram a configurar, em formas mais moderadas, a vida das pessoas comuns em condições normais de uma sociedade burocrática, amplamente percebida como um vasto sistema de controle total. (LASCH, 1986, p.47-48)

Mas, na cidade, os espaços não são vividos de modo homogêneo, nem no tempo, nem nos diferentes lugares. Richard Sennett (2006) irá nos mostrar as múltiplas interações entre o corpo e as cidades (a carne e a pedra).

Glória Diógenes (2003), por sua vez, apresenta-nos um corpo que, com seus territórios, desenha itinerários mais ou menos desterritorializantes nas cidades. Mas não só, pois se o corpo risca seus trajetos e experimentações nas ruas, também é por elas desenhado, inscrito. Afinal, corpo e espaço relacionam-se de modos aproximativos, gerando-se mutuamente.

Portanto, poderíamos afirmar que a relação do corpo com o espaço é da ordem da criação.

Dessa forma, poderíamos traçar linhas de fuga que nos possibilitassem saídas das circularidades individualistas. Outros trajetos, outros caminhos, outros espaços criados pelos gestos dos sujeitos que neles vivem.

ESPAÇO E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Se pensarmos em qualquer espaço urbano – um bairro ou um pequeno conjunto deles, por exemplo –, perceberemos que aí se estabelecem relações com um espaço vivo, vivido. Esse é composto por várias dimensões, pois, afinal, o espaço, para além de sua banalidade concreta mais evidente, caracteriza-se pela apropriação que dele fazemos, pelas marcas que nele imprimimos, pelos significados e sentidos que construímos.

Poderíamos estabelecer, para os fins que nos interessam neste trabalho, três dimensões do espaço: o território (territorialização), a desterritorialização (DELEUZE; GUATTARI, 1997) e a significação. Mas devemos pensar essas dimensões de modo concomitante, coexistindo: as demarcações, as rupturas e as formas de viver os espaços (ou modos de vida).

Neste sentido, talvez pudéssemos partir das demarcações; para chegarmos nas marcas produzidas, visíveis e vividas; para então esclarecermos suas significações.

No entanto, parece-nos mais apropriado justamente não trilhar o caminho que nos leva do significado ao concreto; mas sim o que parte do visível e vai mergulhando no enunciado, pois só assim conseguiremos chegar a um *enunciável*, isto é, a um outro discurso possível, em outra produção de sentido sobre o espaço vivido – um *significado sentido*. Mesmo porque a nossa representação sobre algo nos aferra a uma suposta realidade – demasiadamente concreta – desse algo. E é aí que encontramos no corpo, mas especificamente no gesto e na imagem, potências de criação do real. Aliás, de reinvenção desse real que não cessa de nos surpreender, através das perspectivas que sobre ele lançamos.

É nesse sentido que o que propomos neste trabalho é um movimento de perspectivação, pois, se entendemos a perspectivação como catalisadora dos processos de subjetivação, percebemos nesse movimento uma possibilidade de mudança. Enxergar diferentemente o espaço vivido é habitar um novo mundo.

CORPO E CONTEMPORANEIDADE: DISPOSITIVO

O corpo tem sido muito tematizado nos últimos tempos, no sentido de pensá-lo não mais em dicotomia em relação à mente ou ao pensamento, mas no sentido de integrá-los. Nesse sentido, podemos citar (como exemplo precoce) os estudos, já final do século XIX, de Friedrich Nietzsche (1998 [1887]), cujo pensamento radical, baseado na vontade de potência, vê no corpo um importante analisador do sujeito.

Posteriormente, teremos alguns pensadores em sintonia com a filosofia nietzschiana. Entre eles, Michel Foucault (1993 [1975]), que irá estudar o corpo como espaço de inscrições históricas, culturais e políticas para formular suas teorias acerca do disciplinamento e da resistência.

Partindo das ideias foucaultianas, Gilles Deleuze (1996) oferece-nos uma contribuição importante sobre a noção de dispositivo, que, aplicada ao entendimento do corpo contemporâneo realizado por Sander (2006), possibilita-nos entender o corpo como dispositivo.

Afinal, [...] o corpo é um dispositivo, e como tal deve ser entendido em suas linhas de estratificação e sedimentação (sua história); e em suas linhas de atualização e criatividade (Deleuze, 1996:93). Pode-se dizer, pois, que o corpo nos permite visualizar um campo de forças, e que, tal qual é próprio aos dispositivos, a ele pertencemos e nele agimos. Dessa forma, situamos a discussão em suas implicações com a história e com nossa atualidade. (SANDER, 2006, p. 23)

Para Anne-Marie Duguet (1988), o dispositivo insere-se em uma lógica que perpassa os questionamentos sobre os mecanismos de representação e de percepção dos objetos artísticos, concernente a vários movimentos do século XX. Desde o momento em que Walter Benjamin questiona o estatuto da obra de arte reproduzida tecnicamente é possível discutir em que medida o corpo daquele que observa o objeto artístico é convocado pela própria obra a transformá-la e, dessa maneira, participar do seu processo de produção. A proposta de ressaltar o funcionamento da obra e permitir que o espectador não só compreenda tal funcionamento, mas possa interferir no modo de sua existência abre caminho para o questionamento

metacrítico dos modos de produção artísticos e também para que formas de representação mais híbridas e abertas sejam consideradas como parte dos objetos artísticos. Nesse sentido, interessamos discutir de que maneira vídeo e corpo se relacionam, a partir do conceito de dispositivo, considerando a forma instável e híbrida do vídeo e a convocação cada vez mais premente do corpo, seja na produção artística, seja na produção de subjetividades coletivas contemporâneas. Anne-Marie Duguet propõe pensar o dispositivo

[...] como máquina e manobra (no sentido da *méchanè* grega), todo dispositivo visa produzir efeitos específicos. Esse «arranjo das peças de um mecanismo» é de cara um sistema gerador que estrutura a experiência sensível cada vez de maneira original. Mais do que uma simples organização técnica, o dispositivo coloca em jogo diferentes instâncias anunciadoras ou figurativas, acarreta situações institucionais como processos de percepção (DUGUET, 1998, trad. nossa).

Ou seja, a noção de dispositivo não delimita um objeto físico definido, mas um processo de produção de experiências sensíveis, do qual se pode pensar, por exemplo, o corpo tanto como espaço quanto como produtor de espaços coletivos; e o vídeo como processo criador de instabilidades através de imagens eletrônicas fugazes, prontas a desaparecer no momento mesmo do seu registro e que, no entanto, são criadoras de situações coletivas dinâmicas, que se apresentam num lugar entre as imagens. Pode-se pensar, assim, numa relação de potencialização entre corpo e vídeo, entre gesto e imagem.

As instalações de vídeo realizam, de forma bastante instigante, as configurações aludidas acima, uma vez que a imagem eletrônica instaura um espaço próprio, entre outros, quais sejam: o espaço ou a arquitetura específica da instalação e o corpo do visitante, convocado pelo dispositivo que se apresenta diante dele. Realizar um conjunto de itinerários gestuais pode significar a apropriação de alguns princípios desse tipo de obra, considerando a criação de um espaço com o corpo e com o registro desse próprio corpo em constituição do seu espaço de olhar.

A perspectiva adotada para pensar a produção de imagens em vídeo remete ao pensamento de Philippe Dubois, que propõe compreender o vídeo “como um pensamento, um modo de pensar. Um estado, não um objeto” (Dubois, 2004, p. 100). O vídeo aparece então como um estado-imagem - e não como um produto - e auxilia a pensar as imagens e os dispositivos que as acompanham. Dubois (2004) percebe as imagens produzidas em vídeo a partir de uma lógica de inseri-las não como registro do que aconteceu, mas como um metarregistro daquilo que surge nas imagens e da própria forma de produção delas. Ora, a perspectiva para pensar o corpo aqui não é outra senão a de um corpo que dobra o espaço à sua volta e não simplesmente se conforma em ocupar ou não lugares predeterminados. Não há, assim, um corpo somente como lugar passivo de inscrição, mas o corpo como inscrição ativa no espaço, como “escrita” de espaços a serem construídos pela entrada em cena de dispositivos múltiplos – corpo e vídeo aí incluídos.

A proposta de Dubois, ao propor a imagem como dispositivo e o dispositivo como imagem, aponta para uma imbricação mútua entre o modo de produção das imagens e as imagens em si mesmas, como registro não tanto do visível, mas como registro da invisibilidade que as afeta de antemão. O que seria esse pré-afeto? Isso é o que nos perguntamos também na pesquisa, uma vez que o vídeo não parece ser uma imagem corpórea capturável, mas um estado de imagens sempre em transição.

O vídeo, nesse sentido, possui como peculiaridade um tipo de registro mais “sujo” em relação à imagem, próximo de uma captação que se faz enquanto o olhar constrói o espaço à sua volta. Diferentemente da imagem da TV, que se parece sempre completa, negando a fabulação e a utopia, o vídeo, como imagem eletrônica, parece penetrar no espaço da imagem como escritura, como processo de reencontro da *domus*, como bem afirma André Brasil (2002): o encontro com nomes, lugares, gestos e as intensidades que a *domus* abriga.

A imagem do vídeo é também a imagem que nos olha, em função da sua capacidade de registrar o específico e, nele, aquilo que possui de coletivo. Tal registro não se apresenta pronto, uma vez que o

vídeo permite captar a memória se fazendo imagem, como construção de reminiscências de vivências próximas e não completadas.

Precária, instável e passível a todo tipo de manipulação, colagem e sobreposição, a imagem eletrônica pode, senão revelar, ao menos tocar, aquilo que há de indizível em nossa experiência subjetiva (e aqui se percorrem vias que se aproximam e se distanciam do modo como o cinema cumpre a mesma tarefa). (Brasil, 2003, p. 10).

O que o vídeo permite é, talvez, justamente a experimentação de um processo sujeito a instabilidades, a interferências, a diálogos constantes, ou seja, a experimentação de um espaço que só existe porque nele persiste o diálogo, o encontro que não se pretende nunca vazio e nunca pleno, mas sempre a se realizar.

GESTO E SUBJETIVIDADE

A comunidade, os sujeitos, seus corpos, seus gestos. Todo um inventário de ações que nos diz de uma criação, de uma recriação dos espaços, pois corpo – como dispositivo contemporâneo – inscreve na cidade linhas híbridas de carne e pedras. É assim que a torna cidade vivida.

Mas não é de qualquer forma que se deve tomar esse corpo, que para ele se deve olhar, pois, como nos mostra Hubert Godard, há o movimento e há o gesto:

Movimento é aqui compreendido como um fenômeno que descreve os deslocamentos estritos dos diferentes segmentos do corpo no espaço, do mesmo modo que uma máquina produz movimento. Já gesto se inscreve na distância entre esse movimento e a tela de fundo tônico-gravitacional do indivíduo, isto é, o pré-movimento em todas as suas dimensões afetivas e projetivas. É exatamente aí que reside a expressividade do gesto humano, expressividade que a máquina não possui. (GODARD, 2001, p. 17).

Ou seja, o gesto é o sentido que se expressa no movimento, é ele o que afeta, o que toca o outro. O gesto é a insistência do público – da *res publica* – nesse suporte que se quer o mais

individual atualmente: o corpo. Ou seja, por mais que se queira individualizar o corpo, ele é, em seu movimento afetivo-afetante e expressivo, em seu processo de subjetivação, público. Um dispositivo, como dissemos acima, que cria espaço público e, por que não, coletividade.

Se concordarmos com Couchot (2003), quando ele propõe associar o espectador à criação, parece não só possível como desejável instar o corpo a se posicionar não apenas diante dos espaços ou diante dos mecanismos que registram o seu movimento, mas fazer com que esse corpo produza o seu próprio espaço e o seu próprio registro.

No entanto, essa questão nos coloca um desafio metodológico: que metodologia de trabalho nos permitiria visualizar tal simultaneidade? Ou ainda: nossos métodos dão conta do movimento dos corpos e de suas produções?

ESPAÇOS E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO: ITINERÁRIOS DO CAMPUS

Seguindo essa linha de raciocínio, teríamos antes, como uma forma de pergunta fundadora, de nos interrogar acerca do método. Afinal, o que é um método?

José Ferrater Mora, em seu *Dicionário de Filosofia*, assim nos informa:

Tem-se um método quando se segue um certo caminho, para alcançar um certo fim, proposto de antemão como tal. Este fim pode ser o conhecimento ou pode ser também um fim humano ou vital; por exemplo, a felicidade.

O método contrapõe-se à sorte e ao acaso, pois o método é, antes de mais, uma ordem manifestada num conjunto de regras. (MORA, 1987, p. 264).

É interessante notar, na definição acima, que não há nada mais próximo de nossas vidas – como direcionamento finalista – e, paradoxalmente, nada mais distante, pois o cotidiano nos ensina que não há como estabelecer um caminho de antemão.

E é nesse paradoxo que o método se instala, preenche de sua historicidade, pois, afinal, o que geralmente concebemos como método traz consigo muito do seu cartesianismo originário: a boa condução da razão e a procura da verdade. Não

nos cabe, levemente, caçoar da empreitada racionalista com um cínico sorriso niilista, pois há no método uma tentativa de lidar com o caos, com a profusão de intensidades a que o mundo nos expõe.

O que nos importa, como teor da crítica, é que o método, geralmente, tem lidado com a vida através de uma estabilização. É por isso que se sente um certo cheiro de estagnação no método e na metodologia. Talvez, mesmo, nossa pele perceba o problema do método: um ar frio, uma inação gelada própria do que não tem vida, cujo sangue há muito já não corre. O método, muitas vezes, sofre de coagulação mortificante.

Há um entrave, pois, no que se tem chamado aqui de método e tomando a citação acima como paradigmática de uma determinada postura metodológica, que diz respeito ao sujeito, e este, ao controle. Método-sujeito-controle formam uma estagnante trindade na ciência (ao menos, ao que nos interessa às ciências humanas): pois o *método* instrumentaliza um *sujeito* de conhecimento, para que ele conheça os acontecimentos e os *controle*. E é nesse ponto que precisamos traçar outra forma de nos relacionarmos com o conhecimento.

Se pensarmos na trindade sujeito-método-controle de que falávamos acima, podemos entendê-la a partir da utopia do sujeito moderno, que era a de controlar o caos das coisas, da vida, e vê-la deslizar sobre seus trilhos finalistas. Sua (ainda nossa) forma de saber reflete isso, de várias maneiras. E só nos é possível conhecer diferentemente se entendermos, radicalmente e sem nenhuma utopia, que “as coisas não têm paz”⁶ e que não há caminho seguro e reto estabelecido de antemão. A realidade e a verdade existem, sim, mas são da ordem da estratégia e das linhas de força (para pensarmos com Michel Foucault), em vez da descoberta como desvelamento de algo adormecido há muito tempo.

Portanto, parece que nosso desafio é pensar a partir do movimento próprio às coisas, à vida, pois os nossos métodos, amiúde, necessitam fixar a vida para observá-la, registrá-la, analisá-la.

Os processos de subjetivação – nossa temática principal – são processualidades abertas, afetáveis e afetantes. Observá-los pela lógica privilegiada de um observador externo nos retira do movimento desses processos. O caminho que adotamos nesta

pesquisa é o de vivenciar o encontro entre as subjetividades. É preciso viver as experiências, para delas podermos nos apropriar.

A pesquisa é um duplo movimento de experimentação: uma experimentação da vida em sua potência de singularização; e uma experimentação do pensamento em sua potência diferenciante. O pesquisador, ou melhor, o pensador é também (e sobretudo) um vivente, um pensador-experimentador. Ele precisa ser afetado: pensar por afetos⁷, o que nada tem a ver com qualquer sentimentalismo. Essa qualidade de pensamento é que se faz necessária quando almejamos as bodas entre vida e pensamento.

Mas, afinal, por que, ou mesmo para que pensar? Pensar é um modo de traçar um movimento conjunto à vida: uma dança, uma improvisação. É intervir, interferir de algum modo. Não se pensa porque se decidiu fazê-lo; pensa-se porque se é provocado a, convocado. A vida, como caos-germe, atravessa-nos com seus fluxos (devires) e convoca-nos ao movimento, às desterritorializações e reterritorializações.

É nesse sentido que podemos pensar, em vez de uma “coleta de dados”, em uma cartografia dos acontecimentos: acompanhar a geografia dos afetos, seus movimentos, seus fluxos. Como desdobramento disso, pensamos numa forma de pesquisa que não só ultrapassasse o dualismo sujeito-objeto, mas que também seguisse um caminho e uma proposta um pouco distintos da pesquisa-ação. Afinal, descobrimos que não havia como pesquisar para agir, pois o que estávamos a pesquisar era a própria ação, ou melhor, os efeitos da nossa intervenção no campo pesquisado.

PESQUISA-INTERVENÇÃO

Nossa pesquisa teve como eixo o nexos corpo-espaço-imagem. Através desse eixo, buscamos problematizar as relações corpóreo-subjetivas dos alunos da PUC-São Gabriel com o *campus*. Para

⁶ Trecho da música “As Coisas”, de Arnaldo Antunes.

⁷ Para Espinosa, o afeto seria como um índice da transição entre dois estados (espírito e corpo): “A passagem a uma perfeição maior ou o aumento da potência de agir denomina-se afeto ou sentimento de *alegria*; a passagem a uma menor perfeição ou a diminuição da potência de agir, *tristeza*”. (Deleuze, 2002, p. 57). Gostaria de reter, aqui, a idéia implícita de um registro sensível do movimento.

tanto, exploramos uma proposta metodológica diferenciada, que não pretendeu investigar dados, mas, sim, *acontecimentos*. Nesse sentido, aproximamo-nos de uma pesquisa-intervenção (que alguns chamam de pesquisa-ação), mas sensivelmente distinta, uma vez que o que se está a pesquisar é justamente a ação. Não se pesquisa para agir; age-se para pesquisar. Nossa ideia de ação se refere a provocações e intervenções no *campus*, junto aos alunos, de modo a convocá-los a intervirem também.

As implicações metodológicas disso foram muito importantes para esta pesquisa. Primeiramente, porque não tínhamos uma definição prévia desse desenho metodológico – pesquisa-intervenção –, o qual, assim, mostrou-se no decorrer da pesquisa, *in actu*. Isso quer dizer que o *conteúdo* do que foi pesquisado e a *forma* de pesquisar se engendraram conjuntamente.

Normalmente, nos domínios da ciência, elege-se um objeto e define-se um método que dê conta desse objeto (cuja temática fora previamente problematizada). Essas são as diretrizes metodológicas que conhecemos e reproduzimos. Entretanto, produzir conhecimento é arriscar-se em alguma parcela do desconhecido, do inusitado. No nosso caso, tivemos que *produzir* o desconhecido, não à maneira dos místicos, mas à maneira dos

antropólogos que tornam estranho o familiar, para conseguirem mostrar aquilo que desconhecemos no que nos é mais próximo.

Quando fomos a campo para traçar inventários de gestos no *campus* da PUC-São Gabriel, nos deparamos com um grande desafio: como trazer à tona, em meio aos mais cotidianos gestos, o inusitado, aquilo que é capaz de nos surpreender e nos arrancar (minimamente) de nossa familiaridade? A princípio, inclusive, perguntamo-nos se existiria tal desconhecido. E foi então que percebemos que não haveria como retratarmos um dado, ou seja, nossa pesquisa não se referia à coleta de dados. Fez-se necessário, para além dos dados (e os mapeamentos nos mostram muito bem, com suas rotas, com espaços esvaziados, com aglomerações momentâneas etc.), provocar os sujeitos, interferir em seu cotidiano, convidá-los a riscar no *campus* alguns traços de singularidade.

Na prática, o que se empreendeu foram três modalidades de trabalho de campo, interconectadas: a) a observação participante, com registro em diário de campo; b) registro de itinerários, através da produção de imagens (fotos e filmagens); e c) intervenções nas ocupações do *campus* (mapas e o Grupo Espaço Pensamento Ação).

Em relação à observação inicial, seguimos o modelo da pesquisa etnográfica, na sua vertente

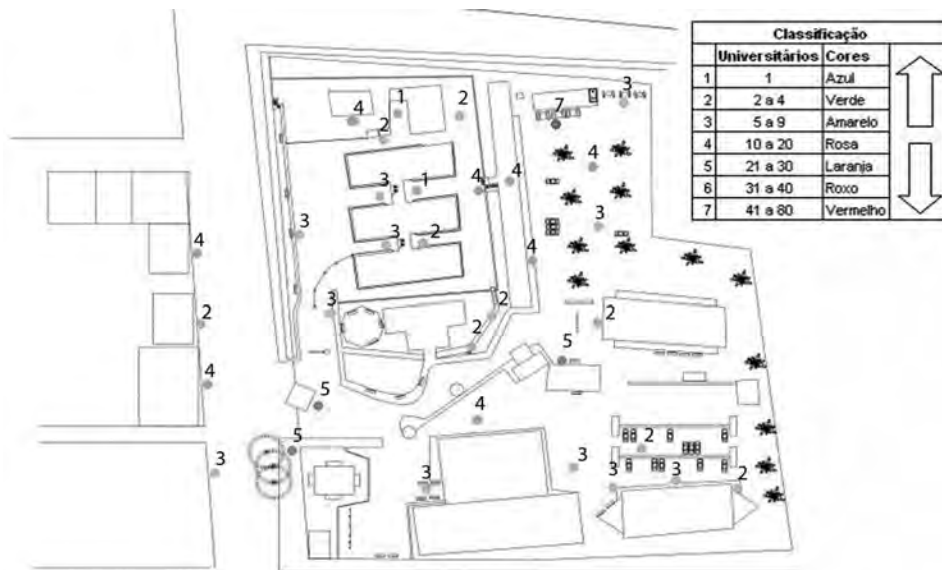


Figura 1 – Mapa utilizado para caracterização do *campus*, com diferenciação dos pontos de menor e maior concentração

qualitativa, utilizando os métodos de observação participante (nos termos de MALINOWSKI, 1978) e o estudo de caso (nos termos de HAMMERSLEY, 1992, p. 182 e ss.), através da técnica de registro dos acontecimentos e sua posterior análise interpretativa.

O trabalho consistiu na observação sistemática do dia a dia da universidade. Assim, foram sendo redigidos diários de campo, nos quais eram anotados fatos cotidianos e observações de como acontecia a ocupação dos espaços do *campus*. Além dos diários, foram feitas fotografias e filmagens em horários diversificados de funcionamento da universidade. O material coletado, em vez de ser utilizado apenas em uma análise final, era interpretado ao longo da pesquisa em reuniões de equipe. Com as fotografias, surgiu a ideia de mapearmos a ocupação dos espaços da unidade realizada pelos estudantes. Esses mapeamentos buscavam tornar visíveis os locais de circulação, fixação e aglomeração dos estudantes, para que pudéssemos compreender como se davam esses fluxos no período da manhã, da tarde e da noite, em diferentes horários. Através desses mapeamentos, foi possível conhecer locais mais frequentados pelos estudantes, bem como suas principais rotas e itinerários.

Em relação à produção de imagens, não se pretendeu apenas registrar itinerários gestuais, mas problematizar também a própria produção de imagens com e do corpo, uma vez que o que se tem assistido, atualmente, é a uma intensa proliferação de imagens em diversos meios de comunicação tradicionais, que, paradoxalmente, não parecem criar um senso de coletividade real, passível de discussão e modificação por quem se posiciona e é posicionado como espectador.

Nesse sentido, a produção de imagens foi realizada de duas maneiras principais: primeiramente, uma produção de itinerários gestuais com câmeras digitais de pequeno porte, a partir do olhar de um observador externo ao itinerário; posteriormente, produção de itinerários gestuais com câmeras digitais de pequeno porte e aparelhos celulares de baixa resolução, a partir do olhar daqueles que produzem o itinerário gestual.⁸

A principal questão relativa à produção dessas duas modalidades de olhar relaciona-se à forma

como as imagens, feitas em diferentes mediações sociotécnicas, convocam o corpo de maneira diferenciada e produzem uma coletividade mais próxima de quem a produz, e também mais instável, em função de registros realizados com imagens de baixa resolução. A produção de itinerários gestuais a partir do observador externo procura questionar justamente o que acontece no momento em que uma posição de não enfrentamento explícito se estabelece entre coletividades. Claro que a própria presença de um dispositivo de mediação sociotécnica já se apresenta como um enfrentamento diante da produção com o corpo, ainda que a presença de câmeras e registros de toda ordem pareça estar se transformando em algo da ordem do “invisível” no cotidiano.

O que se percebeu, nessa modalidade do trabalho de campo, é a importância da imagem em movimento (filmagens) para compreender a principal forma de ocupação do *campus*: o deslocamento, com seus itinerários e rotas.

Infelizmente, não foi possível realizar plenamente a segunda modalidade de produção de imagens dos itinerários (a partir do próprio sujeito em deslocamento). Conseguimos um par de filmagens, mas muito tardiamente para incluí-las nesta análise – o que deverá ser analisado a partir da continuação da pesquisa (em andamento).

AS INTERVENÇÕES

Para além do simples registro, nossa pesquisa compreendeu outra maneira de nos inserirmos, como pesquisadores-atuantes, no campo pesquisado. Essa forma de inserção, que denominamos *intervenção*, remete diretamente a uma noção da arte contemporânea ligada à *performance* –, herdeira dos *happenings* dos anos 1960 – e que se refere a uma interferência crítica que tende a problematizar, através de uma ação intencional e criativa, o uso de um determinado espaço.

Nesse aspecto, propusemos duas intervenções: uma mais convencional, no formato de um grupo de discussão, mas que se propunha a pensar a partir das imagens e da vivência do e no *campus*. Esse foi o Grupo Espaço Pensamento Ação (EPA).

A outra intervenção foi mais provocativa, na medida em que inseriu um elemento, a princípio estranho no cotidiano dos alunos, mas que era, na verdade, muito familiar: os mapas do *campus*. Explicamos.

⁸ Essa modalidade foi parcialmente realizada, sendo aprofundada na continuação da pesquisa atualmente em andamento.

Através da análise e interpretação dos mapeamentos feitos previamente, decidimos intervir no campo estudado, nos sujeitos que o formavam (e o formam) como espaço praticado. Nossa ideia era compreender o movimento dos sujeitos a partir de uma provocação, que problematizava o espaço por eles vivido e os convocava a nele interferir.

Dessa forma, em termos práticos, o que fizemos foi ampliar o mapa do *campus* utilizado no levantamento inicial, adaptando-o para colocarmos à disposição dos alunos, em pontos significativos do *campus*: locais com grande concentração de pessoas, locais de maior circulação de estudantes, lugares de alimentação e também focos de mobilização política na universidade.

Essa primeira intervenção foi realizada no período de 14 a 17 de abril de 2008, quando afixamos cinco mapas idênticos, em formato de *banner* (1,50m x 1,50m), onde se podia ler no alto: “Você está aqui. Onde você está?” Junto aos mapas, anexamos canetas hidrocor de diversas cores, para as pessoas se manifestarem em relação à pergunta. Buscávamos com esse trabalho levar os estudantes a questionarem sua ocupação do espaço e também a organização de seus itinerários da universidade.

No espaço de um ou dois dias após a fixação, os mapas já se encontravam intensamente modificados, inscritos pelos estudantes, o que foi motivo de importante discussão pelo grupo.



Figura 2 - mapa localizado no Bloco I, com participação dos alunos

O que pudemos constatar é que os alunos, sujeitos que traçam suas rotas e seus itinerários pelo *campus* todos os dias, queriam se ver *inscritos* nesse espaço, queriam imprimir algo de sua subjetividade nesse espaço de trânsito, onde a conjugação de um espaço-tempo profundamente pragmático não lhes permite permanecer, durar ali. Isso se observou através de duas características analisadas a partir da experiência dos mapas: a) a rapidez (curto período) com que os mapas foram inscritos; b) a intensidade com que se deu essa inscrição, principalmente nos mapas alocados em três pontos específicos.

Essas duas características acabam confluindo e nos dizendo de uma urgência presente entre os estudantes, que parece emergir da própria impossibilidade de se verem inscritos no espaço do *campus* da PUC-São Gabriel. Os itinerários aí traçados nos informam que o trânsito é a marca mais presente na maneira com que os alunos ocupam esse espaço, para além da sala de aula, sendo que esta é o espaço institucional por excelência.

Não só a rapidez com que os mapas foram “riscados” nos surpreendeu, mas a intensidade desses traçados, refletindo uma força, uma necessidade de sulcar o mapa, de cravar no mapa um percurso.

Nossa segunda modalidade de intervenção na unidade foi a criação de um grupo de trabalho e discussão denominado “Espaço Pensamento Ação – EPA”. Esse grupo tinha como objetivo agrupar pessoas na universidade interessadas em participar das discussões propostas pelo projeto, na forma de um grupo aberto de discussão, que abrangesse nosso *work in process*, partilhando-o com os outros, e que nos auxiliasse a pensar em outras formas de intervenção, registrando os seus movimentos, as rotas e os itinerários pelo *campus*.

A estrutura geral dos encontros era formada pela apresentação de algum dispositivo audiovisual – normalmente um vídeo –, que servia de provocador para a discussão seguinte. Os vídeos escolhidos dialogavam com alguma das temáticas do projeto e, logo após a apresentação, era aberta uma discussão ao grupo, de livre participação. Nessas discussões, o principal foco referia-se à forma pela qual o *campus* era ocupado, a organização espacial da universidade, os movimentos políticos, a vivência dos estudantes, as possibilidades de intervenção no *campus* etc.

O ESPAÇO QUE SE FAZ

Através dos mapeamentos quantitativos, pudemos compreender melhor como acontecem os itinerários dos jovens, sua ocupação dos espaços. Através desses mapeamentos, percebemos que os espaços mais ocupados ou que formam coletividades não necessariamente são aqueles que possuem mais infraestrutura ou algo correlato. Afinal, o espaço é apropriação, construção. Também notamos, através dos mapeamentos, que existe um trânsito constante dos estudantes no *campus*: poucos são os espaços que podem ser denominados como “espaços de permanência”. As formações de coletividades convencionais, como agrupamentos e reuniões, são poucas ou quase inexistentes, quando nos referenciamos aos espaços externos à sala de aula.

Através da intervenção, notamos algumas mudanças. De uma maneira geral, podemos afirmar que os mapas possibilitaram modalidades de *inscrição* nesses espaços, uma vez pontos de desaceleração ou mesmo desvios de rotas de deslocamento preestabelecidos.

Mas também representou, para nós, uma surpresa, pois, em um primeiro momento, esperávamos que a adesão aos mapas fosse acontecer de forma gradual ao longo de uma semana. Porém, o que notamos foi justamente o contrário. Em menos de vinte quatro horas, os mapas estavam totalmente ocupados com inscrições, manifestações, marcações de encontros e coisas diversas. Alguns dos mapas foram inclusive virados, para que as pessoas continuassem a escrever no seu verso. Essa mudança na posição dos mapas aconteceu através de uma livre iniciativa dos estudantes.



Figura 3 - Estudante observa mapa colocado no Bloco C



Figura 4 – Mapa colocado no Bloco I com inscrições

Percebemos que as pessoas que vivem o *campus* precisavam de um espaço para se comunicar, efetuar reivindicações (mesmo xingamentos). Cremos que os mapas compuseram um espaço em suspensão, uma espécie de “enclave livre”, como sugere Hakim Bey, ao caracterizar o que ele denomina de Zonas Autônomas Temporárias (TAZ) (BEY, 2001:04). Os mapas, mais do que o Grupo Espaço Pensamento Ação, permitiram uma forma de atualização a esses corpos, uma forma de criar um espaço-tempo singularizado, convocando processos de subjetivação coletivizados.

Se podemos ou não falar em produção de coletividades a partir dos gestos dos estudantes da PUC-São Gabriel, isso dependerá do dispositivo em questão, e cremos que a intervenção e a interferência são imprescindíveis para colocar em ação processos de singularização coletivos.

A criação do grupo de discussão, por sua vez, como outro espaço de intervenção, teve um efeito diverso, quase contrário, pois o grupo Espaço Pensamento Ação, no formato “sala de aula”, não trouxe a adesão e participação esperadas. Isso pode ser explicado por ele não possibilitar uma forma de permanência diferenciada da já conhecida prática de aula.

DESEJOS DE ESPAÇOS

O que observamos, enfim, é justamente a necessidade desses corpos de *se inscreverem*. Em movimentos cotidianos, traçando rotas de deslocamento, com seu jeito próprio de andar e de se juntar, a despeito da quase impossibilidade

de se formar grupos num espaço desenhado para a eficácia, esses sujeitos querem produzir o seu espaço.

O que se observa, ao se analisar os mapas compostos para assinalar as aglomerações, é que elas são, antes de tudo, focos de resistência. Pequenos grupos que compõem, por conta própria, sua maneira de serem muitos, seu modo de não serem engolidos pelos espaços de passagem.

No *campus*, os itinerários são deslocamentos que unem pontos pragmáticos na vida universitária: sala de aula-cantina; biblioteca-sala de aula-banheiro-sala de aula-ponto de ônibus; secretaria-sala de aula-cantina-biblioteca-xerox etc. Constrói-se um espaço de trânsito. Os corpos riscam linhas de deslocamento, cujos pontos de permanência, geralmente, também cumprem uma função: sala de aula (compromisso/estudo), biblioteca (pesquisa/estudo), cantina (alimentação). O deslocamento só cessa para dar lugar à produção. Não há nomadismo ao se deslocar; não há invenção ao se parar. Deslocamento e permanência nos espaços parecem compor uma mesma modalidade de ocupação que reafirma a estranheza desses corpos ao espaço que eles ocupam: corpos que não pertencem a esse espaço, na mesma medida em que esse espaço não pode ser apropriado por esses corpos.

No entanto, algo resiste nesse movimento cotidiano. Parece que o trânsito cumpre, de alguma forma, esta função: sob o risco de serem reduzidos a paisagens do *campus*, os corpos traçam linhas, rotas e novelos que embaralham a imagem sedentária composta por carros e prédios. Mas também, ao formarem pequenos grupos, em pé, nos arredores dos prédios, no estacionamento, compõem, a partir da inexistência mesma de lugares para se sentar, uma grupalidade, uma mancha, um nódulo humano nesse cenário tão funcional.

Mas não devemos nos esquecer de que espaço e tempo estão intimamente conectados. A funcionalidade do espaço deve servir à otimização do tempo. E a utilização do tempo não deve conflitar com a organização do espaço. É no interior do nexo tempo-espaço que os corpos se compõem: permanência, trânsito, nódulos.

Mas isso tudo é um tanto abstrato, se não o perspectivarmos através da utilização de dispositivos. O vídeo, a partir da perspectiva da imagem como dispositivo, problematiza a própria noção de espaço e se interpõe, nesse momento, como um modo de pensar esse espaço. Não nos parece aqui que o vídeo possa servir como reinterpretação, porque o pensar não se restringe ao significado, mas é, antes, da ordem da significância, da produtividade incessante.

Assim, os dispositivos aqui surgem como “textos” (BARTHES, 2004), como significâncias que colocam em movimento aquilo que os engendra e, dessa maneira, criam uma espiral em movimento incessante. A produção de imagens em vídeo interroga o que são essas imagens do espaço, uma vez que tal espaço não se conforma mais como lugar, mas como atrito entre corpos e gestos, como aparece nos mapas riscados pelos alunos; o vídeo também interroga o próprio dispositivo, posicionando-se como uma técnica que aponta para a irredutibilidade do dispositivo a aparatos sociais ou técnicos e indica o dispositivo como passagem, daí a dificuldade de captura do conceito.

Esse fato também indica, na pesquisa, a dificuldade em capturar o trânsito, a passagem, talvez a própria impossibilidade de fazê-lo a partir das categorias conceituais existentes de análise. A questão que se coloca, enfim, talvez não seja a busca por conceitos analíticos cada vez mais complexos, mas a necessidade de investigar a própria validade do conhecimento puramente analítico, como se decompor fosse a única forma de “salvação” da ciência em meio à emergência de novos padrões de conexão de corpos imagens espaços dispositivos, sem vírgulas entre si, sem separações sintáticas ou semânticas.

Fica em aberto, para uma pesquisa futura, uma exploração mais aprofundada sobre a relação das imagens produzidas em vídeo com o espaço e a subjetividade, principalmente no que se refere à relação entre produção de imagens em vídeo e produção de subjetividades.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. **Inéditos**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2004 (Teoria, v. 1).
- BEY, Hakim. **TAZ – Zona Autônoma Temporária**. São Paulo, SP: Conrad, 2001.
- BRASIL, André. **Casa, letra, corpo, voz: vídeo-escrituras domésticas**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador, BA. **Anais...** Salvador, BA: UNEB, 2002.
- COUCHOT, Edmond. **A tecnologia na arte: da fotografia à realidade virtual**. Porto Alegre, RS: Ed. da UFRGS, 2003.
- DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. Tradução Daniel Lins e Fabien P. Lins. São Paulo, SP: Escuta, 2002.
- _____. **O Mistério de Ariana: cinco textos e uma entrevista de Gilles Deleuze**. Tradução e prefácio de Edmundo Cordeiro. Lisboa, PT: Vega, 1996.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo, SP: Editora 34, 1997. 5 v.
- DIÓGENES, Glória. **Itinerários de Corpos Juvenis: O tatame, o jogo e o baile**. São Paulo, SP: AnnaBlume, 2003.
- DUBOIS, Philippe. **Cinema, vídeo, Godard**. São Paulo, SP: Cosacnaify, 2004.
- DUGUET, Anne Marie. Dispositifs. In: **Communications**, n. 48. Paris, FR: 1988. (Vídeo).
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- GODARD, Hubert. Gesto e percepção. Tradução: Sílvia Soter. **Lições de dança**. Rio de Janeiro RJ, n. 2, p. 11-35, 2001.
- HAMMERSLEY, Martin. **What's wrong with ethnography?** London, UK: Routledge, 1992.
- LASCH, Christopher. **O Mínimo Eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis**. Tradução João R. Martins Filho. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.
- MALINOWSKI, Bronislaw K. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. 2. ed. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1978.
- MORA, José F. **Dicionário de Filosofia**. Lisboa, PT: Dom Quixote, 1982.
- NIETZSCHE, Friedrich W. **Genealogia da Moral: uma polêmica**. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 1998.
- SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. 4. ed. Tradução de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2006.
- SANDER, Jardel. **Camelos também dançam: Movimento corporal e processos de subjetivação contemporâneos: um olhar através da dança**. Tese (Doutorado), São Paulo, SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Núcleo de Subjetividade, 2006.